

## O ESPAÇO COMO CAPITAL: CONTRIBUIÇÕES À TEORIA DA AÇÃO PRÁTICA DE BOURDIEU

### *THE SPACE AS CAPITAL: CONTRIBUTIONS TO THE BOURDIEU'S THEORY OF PRACTICAL ACTION*

Anderson de Souza Sant'Anna

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO  
FUNDAÇÃO DOM CABRAL

[anderson@fdc.org.br](mailto:anderson@fdc.org.br)

#### RESUMO

A partir da análise de dinâmicas de reconversão de funções econômicas de cidades (SANT'ANNA, 2016; NELSON, SANT'ANNA, WOOD, 2016; OLIVEIRA, SANT'ANNA, DINIZ, 2013) e de requalificação de espaços urbanos (SANT'ANNA, MENDONÇA, DINIZ, 2016; OLIVEIRA, SANT'ANNA, DINIZ, CARVALHO NETO, 2015), conduzidos com base na "Teoria da Ação Prática", desenvolvida por Bourdieu, este artigo destaca principais achados e resultados, com ênfase em contribuições aos estudos elaborados por este autor, em particular, à sua noção de capital. Além de sua aplicação na investigação das formas como diferentes agentes sociais se inter-relacionam – ou não – com vistas ao domínio dos campos em que se inserem, as dinâmicas investigadas denotam a importância da compreensão dos atributos de capitais mobilizados pelo conjunto agentes investigados – políticos, empresários, sociedade civil, empreendedorismo –, com destaque para a consideração de tipologias e "ecologias empreendedoras locais" identificadas. Como resultado, aportes significativos à "Teoria da Ação Prática" podem ser registrados por meio da ressignificação do construto "espaço", ainda pouco explorado no arcabouço teórico de Bourdieu. Com base nos achados e conclusões decorrentes dos esforços de pesquisa coordenados por Sant'Anna e colaboradores evidencia-se o papel estratégico, para além dos capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos, de uma nova modalidade de capital: o "capital espacial".

**Palavras-chave:** Espaço; Espaço Social; Teoria da Ação Prática; Capital; Capital Espacial.

#### ABSTRACT

From the analysis of the dynamics of reconversion of economic functions of cities (SANT'ANNA, 2016; NELSON, SANT'ANNA, WOOD, 2016; OLIVEIRA, SANT'ANNA, DINIZ, 2013), and contemporary requalification of urban spaces (SANT'ANNA, MENDONÇA, DINIZ, 2016; OLIVEIRA, SANT'ANNA, DINIZ, CARVALHO NETO, 2015), conducted on the basis of Bourdieu's "Theory of Practical Action", this article highlights its main findings and results, with emphasis on contributions to studies elaborated by that author, in particular, with regard to his notion of capital. In addition to its application in the investigation of the way in which different social agents interrelate – or not –, objectifying the domain of the fields in which they are inserted, the dynamics investigated denote the importance of the understanding of the attributes of capitals mobilized by the agents investigated – politicians, businessmen, civil society, entrepreneurs –, with emphasis on the identification of typologies and "entrepreneurial ecologies" investigated. As a result, significant contributions to the "Theory of Practical Action" can be registered by means of the re-signification of the "space" construct, which is still little explored in Bourdieu's theoretical

framework. From the findings and conclusions derived from the research efforts coordinated by Sant'Anna and collaborators, adds up to the economic, social, cultural and symbolic capitals a new modality of capital: the "space capital".

**Keywords:** Space; Social Space; Theory of Practical Action; Capital; Spatial Capital.

## INTRODUÇÃO

A tônica contemporânea em dinâmicas e intervenções calcadas nas noções de flexibilidade, inovação, vantagem competitiva e agregação de valor, amplamente difundidas a partir da ruptura, na década de 1970, do chamado “Círculo Virtuoso do Fordismo” (LIPIETZ, 1985), tem direcionado empresas, instituições e também cidades à busca por novos padrões de competitividade, embasados na noção de “acumulação flexível” (HARVEY, 1989). Tônica marcada pela *démarche* da cidade pós-fordista (Soja, 2000), centrada na difusão de noções como “cidade-empresa” (BORJA e CASTELLS, 1999; HARVEY, 1989), “cidade empreendedora” (HALL, 1995), “cidade-espetáculo” (SÁNCHEZ, 2003) ou “cidade global” (FERREIRA, 2007; SASSEN, 1999).

De fato, o ocaso do “Círculo Virtuoso do Fordismo”, nos países centrais, acaba por direcionar processos sistemáticos de “reestruturação produtiva”, envolvendo estratégias como a intensificação da busca por novos mercados – expressa no movimento de “globalização da economia” –, a introdução de novas tecnologias – inicialmente de base microeletrônica e, mais contemporaneamente, digitais – e de modelos de gestão e regulação da força de trabalho mais flexíveis e facilmente reestruturáveis, assim como a ampliação dos sistemas de transporte e comunicação, visando substituir a rigidez do modelo fordista por uma “nova ordem flexível de acumulação” (HARVEY, 1989).

Crítico perspicaz dos dispositivos dessa nova ordem, para Ferreira (2007: 115), no caso das empresas, a decisão estratégica é quanto a se espalharem pelo globo – não abrindo mão, porém, de centralizar o comando, o capital e as “*core competencies*” em suas sedes. A proposta é identificar em cada país o que ele pode oferecer de mais vantajoso: mão de obra barata, ausência de restrições ambientais e/ou trabalhistas, proximidade da matéria-prima, benefícios estatais e vantagens tributárias, beneficiando-se das possibilidades advindas das tecnologias de comunicação que permitam o controle de todo o processo em um único ponto, montando-se o produto final em diversas unidades geograficamente espalhadas.

Tal movimento, destaca Ferreira (2007: 115), contempla duas dimensões centrais: por um lado, os “avanços tecnológicos”, promovendo uma crise estrutural, em função do “paradoxo do aumento da produtividade-desemprego”, por outro lado – como tentativa de equacionamento desse impasse – a incorporação de “novos arranjos espaciais-temporais”, visando sustentar a expansão do sistema capitalista para a periferia, com vistas a possibilitar o acesso a novos mercados de consumo e a mão de obra mais barata e menos politizada.

No âmbito das cidades, tal movimento evidencia-se na difusão de “discurso ideológico hegemônico que preconiza como inexorável – de forma similar ao que promove a globalização na esfera cultural, política e econômica – o papel ‘modernizante’ das ‘cidades globais’” (FERREIRA, 2007: 115). Um modelo que se estrutura em torno da ideia de que compete às cidades “prepararem-se” para as “novas” forças da economia global, servindo como suporte físico aos fluxos econômicos e à atuação das empresas.

Sob essa concepção, para Sassen (1999), para serem competitivas, as cidades devem ser mais especializadas, mais preparadas para um “novo” tipo de organização econômica, para uma “nova” economia de serviços. Devem, em síntese, se adaptar “às exigências das ‘transformações globais’ que lhes permitirão um novo papel estratégico” (FERREIRA, 2007: 115). Se as teorias clássicas sobre cidades propunham investigar seus atributos, conferindo-

lhes – ou não – a classificação de “cidade-mundial” de primeira ou segunda importância, emerge a necessidade de uma nova matriz teórica “propositiva”, que possa, de forma efetiva, aviar a receita necessária a essa transformação.

De certa forma, trata-se de buscar superar o modelo funcionalista de planejamento do modelo anterior. Se o fordismo gerou uma matriz funcionalista-modernista-tecnocrática e autoritária, além de rígida, do planejamento urbano, ela agora não tem mais capacidade de responder às exigências de um sistema ‘flexível’ (FERREIRA, 2007: 117).

Nessa direção, autores como Sassen, Castells, Borja especializaram-se no estudo – e consultoria – dessa “nova” modalidade de planejamento urbano, amplamente inspirada nas teorias de gestão empresarial mais afins às demandas das cidades que se pretendem competitivas: o planejamento estratégico, e sua variante, o marketing urbano.

A ideia de competitividade difundida aos municípios como forma de adaptação ao papel estratégico imposto pela globalização evidencia, pela escassez de capitais disponíveis e tendência de concentração dos órgãos decisórios – ou “de comando” –, uma competição entre si para atraí-los (FERREIRA, 2007). Em decorrência, grandes cidades europeias e norte-americanas, seguindo esse receituário, empreendem grandes operações de “revitalização urbana” em áreas degradadas, geralmente aquelas abandonadas pelo declínio da atividade industrial. Operações urbanas, como as empreendidas por Nova York e Londres, tornam-se paradigmáticas desse modelo, não por isso sem efeitos colaterais. Nas palavras de Ferreira (2007: 120): [...] o planejamento estratégico estabelece as linhas de gestão para uma ‘cidade empresa’, promove a ‘cidade mercadoria’, que deve ser capaz de ser vendida e, sobretudo, estabelece a estratégia ideológica para que tais políticas sejam aceitas como inquestionáveis e necessárias pela população. Trata-se de promover o ‘patriotismo de cidades’.

Tal caráter “patriótico” demanda, portanto, “consensos” entre os agentes locais envolvidos, com vistas a legitimar a “vocação” da cidade, bem como os investimentos públicos requeridos a torná-la atraente aos olhos dos investidores. De acordo com Fischer (1996)   necessário atentar, ainda, para o fato de que, não obstante os processos sociais, econômicos, culturais e populacionais tenderem, de uma maneira geral, a se globalizar, seus efeitos concentram-se nas aglomerações urbanas e requerem atuações políticas integradas e tratamento em nível local. Sob essa perspectiva, a cidade deve ser entendida não somente como território que concentra um grupo humano e atividades, mas como espaço simbiótico – poder político-sociedade civil – e simbólico – que integra culturalmente e confere identidade coletiva a seus habitantes, tendo um valor de troca com o exterior –, que se transforma em um campo de respostas possíveis aos desafios econômicos, políticos e culturais de uma dada época.

Nesse contexto, a proposta deste artigo consiste na análise de resultados de estudos de dinâmicas contemporâneas de reconversão de funções econômicas de cidades (SANT’ANNA, 2016; NELSON, SANT’ANNA, WOOD, 2016; OLIVEIRA, SANT’ANNA, DINIZ, 2013) e de requalificação de espaços urbanos (SANT’ANNA, MENDONÇA, DINIZ, 2016; OLIVEIRA, SANT’ANNA, DINIZ, CARVALHO NETO, 2015), conduzidos com base na “Teoria da Ação Prática”, desenvolvida por Bourdieu. Além de sua aplicação na investigação das formas como diferentes agentes sociais se inter-relacionam – ou não – com vistas ao domínio dos campos em que se inserem, as dinâmicas investigadas denotam a importância da compreensão dos atributos de capitais mobilizados pelo conjunto agentes investigados – políticos, empresários, sociedade civil, empreendedorismo –, com destaque para a consideração de tipologias e “ecologias empreendedoras locais” identificadas, evidenciam-se contribuições teóricas ao arcabouço teórico bourdieusiano, ao se atribuir papel estratégico, para além dos capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos, a uma nova modalidade de capital: o “capital espacial”.

## O ESPAÇO COMO CATEGORIA ANALÍTICA

Partindo da consideração que a dimensão espacial desempenha papel bem mais significativo no tensionamento intrínseco a uma dada dinâmica socioespacial que o considerado na literatura clássica sobre o tema, em particular em estudos de matrizes econômica e geográfica (SANTOS, 2014, 2014a; 2012), para número crescente de estudiosos urbanos contemporâneos, o espaço, na medida em que se apresenta como “[...] num recorte empírico que permite encontrar uma multiplicidade de pontos de vista e de objetos, um recorte etnográfico possível para a exploração e o conhecimento da vida urbana contemporânea de baixo e de dentro” (CORDEIRO, 2008: 9), configura elemento fundamental de observação.

Dessa forma, sua observação e o que nos desvela tem sido submetidos a distintas formas de interpretação, incluindo seu estudo como “dispositivo cultural” (AGIER, 2011), “arena política” (MINTZBERG, 2006) e “espaço de disputa” (BOURDIEU, 2010), na medida em que nele o jogo entre identidade e alteridade apresenta-se como lugar privilegiado de observação e análise dos fenômenos relacionais e de diferenciação (CACHADO, 2008). Logo, a relevância atribuída a se melhor compreender quem domina as formas de sua apropriação e uso.

Nesse contexto, Da Matta (1997) já aponta para a importância de se considerar a dimensão relacional na análise dos processos socioespaciais, além da relevância de se incorporar a dimensão da rua, com vistas a diferentes leituras e construções da realidade. Nessa linha, cabe mencionar o arcabouço teórico de Bourdieu (2009; 2009a; 2010), em particular dadas suas potencialidades de contribuição à compreensão do jogo entre agentes e como cada um mobiliza diferentes capitais com vistas a assegurar seu lugar em um dado campo.

Sob tal perspectiva, vale, desde já, observar que Bourdieu (2010: 135) define a sociedade como um conjunto de campos sociais atravessados por lutas entre os diversos grupamentos que a compõem. Segundo ele, a noção de campo aqui é entendida como:

[...] um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das duas posses.

Ou seja, cada elemento do campo é um agente que comunga de interesses e capitais similares. Cada campo possui suas próprias características, com suas regras e capitais específicos, por possuir uma parte que domina e outra que é dominada e que, de acordo com as assimetrias no acúmulo de capitais por seus componentes, tende a ser marcado por conflitos constantes. O campo poderia ser considerado, desse modo, como um mercado, em que os agentes se comportam como jogadores.

Há que se salientar que não se trataria, portanto, de espaços com fronteiras delimitadas: os campos interagem entre si, muito embora não de forma totalmente autônoma. O limite de um campo seria o limite de seus efeitos, em que tomam parte todos os que são por ele afetados ou nele produzem.

## O ESPAÇO NA SOCIOLOGIA DE BOURDIEU

Sob a perspectiva da “Teoria da Ação Prática” de Bourdieu (2010) pode-se, de maneira geral, compreender o espaço e seus lugares como um campo de lutas e interações que

permite entender como as relações entre os diferentes agentes contribuem para a produção de contextos de diversidade e vitalidade. Isso, na medida em que a produção da cidade e seus diversos lugares e processos encontra-se intrinsecamente relacionado à (re-)produção de discursos, ideologias, relações e práticas sociais.

Conforme reitera Maricato (2000), tal dinâmica nunca se dá unicamente por vias formais. Ao contrário – e muito provavelmente majoritariamente – se dá por disputas informais, sub-reptícias, constituindo característica marcante da produção das cidades e seus lugares.

Logo, a relevância de se considerá-la como campo de forças, mediado por discursos e práticas.

De modo geral, a discussão em torno dos construtos “espaço físico” e “espaço social” apresenta-se em diversos estudos de Bourdieu, bem como em análises sobre sua produção. De modo geral, embora reconheça a distinção entre ambos, a ênfase é comumente atribuída pelo autor à compreensão dos mesmos sob uma perspectiva relacional. Não obstante distintos, Bourdieu (1989: 138) reitera para o caráter intrinsecamente relacionados entre eles, bem como para sua não coincidência:

Estes dois espaços nunca coincidem completamente; no entanto muitas diferenças que, geralmente, se associam ao efeito do espaço geográfico, por exemplo, a oposição entre centro e periferia, são o efeito da distância no espaço social, quer dizer, da distribuição desigual das diferentes espécies de capital no espaço geográfico (BOURDIEU, 1989, p.138).

O recurso à lógica relacional, utilizada por Bourdieu, é corroborada por Santos (1988: 10), para quem:

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois têm um papel na realização social.

Alguns aspectos da compreensão atribuída por Bourdieu (1989) ao espaço físico merecem, no entanto, considerações. Em primeiro lugar, há certas ambiguidades observadas em relação à sua articulação com noções fundamentais à sua teoria da ação prática, como as noções de campo e capital. À primeira vista, a impressão é que o espaço físico não constitui elemento da tessitura das relações entre ambos os espaços, mas um efeito da trama. Um fator que somente pode ser apreendido como efeito, como depósito compulsório, não como capital em circulação.

Em segundo lugar, mesmo superando noções clássicas da economia, da sociologia e mesmo da geografia, que definem o espaço físico como mero suporte às relações sociais, Bourdieu (1989: 142) parece, igualmente – não obstante o expediente relacional – negar atribuir-lhe os mesmos recursos de análise, disponibilizados à outra face da moeda: o espaço social. Tal se evidencia, por exemplo, pela ausência em sua teoria de um “capital geográfico ou espacial”:

[...] Como é possível apreender concretamente essas relações objetivas, irreduzíveis às interações em que se manifestam? Essas relações objetivas são as relações entre as posições ocupadas nas distribuições dos recursos que são ou podem se tornar operantes, eficientes, a exemplo dos trunfos em um jogo, na concorrência pela apropriação dos bens raros que têm lugar nesse universo social. Esses poderes sociais fundamentais são, de acordo com minhas pesquisas empíricas, o capital econômico, em suas diferentes formas, e o capital cultural, além do capital simbólico, forma de que se revestem as diferentes espécies de capital quando

percebidas e reconhecidas como legítimas. Assim, os agentes estão distribuídos no espaço social global, na primeira dimensão de acordo com o volume global de capital que eles possuem sob diferentes espécies, e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo das diferentes espécies de capital, econômico e cultural, no volume total de seu capital.

Em outras palavras, na busca de respostas às indagações sobre como e de que forma a localização em um dado ponto do espaço pode afetar a representação que os agentes têm de sua posição no espaço social e, portanto, de sua própria prática, a saída se dá pela via da investigação de como tais agentes – e os objetos – situam-se em um lugar do espaço social, quer por sua posição relativa quanto a outros, quer pela distância que os separa. A referência é, portanto, o campo social:

Com efeito, o espaço social tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos rigorosa, no espaço físico sob a forma de um determinado arranjo distributivo dos agentes e das propriedades. Consequentemente, todas as distinções propostas em relação ao espaço físico residem no espaço social reificado (ou, o que dá no mesmo, no espaço físico apropriado), que é definido - para falar como Leibniz - pela correspondência entre uma determinada ordem de coexistência dos agentes e uma determinada ordem de coexistência das propriedades (BOURDIEU, 1989: 132).

Santos (1998, p.81) é categórico ao afirmar que:

Cada homem vale pelo lugar onde está, o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, dependente de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria situação.

Ainda, de acordo Bourdieu (2001:134) “[...] os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço”. Ademais, pode-se denotar, não raro, certo entendimento do espaço físico como obstáculo à livre circulação dos demais capitais: sociais, econômicos, culturais, simbólicos. Isto, quer em decorrência de sua natureza material, o que requereria maiores investimentos em sua mobilização; quer por dificuldades em lidar com rugosidades, as quais lhe incorporam maior complexidade, em virtude de análises temporais:

Uma parte da inércia das estruturas do espaço social resulta do fato de que elas estão inscritas no espaço físico e que não poderiam ser modificadas senão ao preço de um trabalho de transplantação, de uma mudança das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação de pessoas, as quais suporiam transformações sociais extremamente difíceis e custosas. [...] O espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital e também de sua distância física desses bens, que depende também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado (BOURDIEU, 1997: 161).

No mais, complementa Bourdieu (2013: 134):

O espaço social não é o espaço físico, mas ele tende a se realizar de forma mais ou menos completa e exata nesse espaço. O que explica que tenhamos tanta dificuldade de pensá-lo enquanto tal, em estado separado. O espaço, tal como nós o habitamos e como o conhecemos, é socialmente marcado e construído. O espaço físico só pode ser pensado como tal por meio de

uma abstração (geografia física); ou seja, ignorando-se decididamente tudo o que ele deve ao fato de ser um espaço habitado e apropriado, isto é, uma construção social e uma projeção do espaço social, uma estrutura social em estado objetivado (por exemplo, a casa kabyle ou a planta de uma cidade), a objetivação e a naturalização de relações sociais passadas e presentes.

Tais precauções visam, segundo Bourdieu, evitar que o espaço se transforme em armadilha aos pesquisadores, ao lhes condenar a abordagens substancialistas, que deixam escapar o fato de os espaços físicos, por exemplo, uma rua, ao reunirem negociantes de quadros, antiquários, casas de alta costura, calçadistas, pintores, decoradores, isto é, todo um conjunto de comércios que têm em comum o fato de ocuparem posições elevadas em seus campos respectivos, só poderem ser compreendidos naquilo que têm de mais específico, a começar por seus nomes, mas também por suas características, natureza, qualidade e preço dos produtos oferecidos, qualidade social da clientela, em relação com os comércios pertencentes ao mesmo campo, mas situados em outras regiões do espaço (BOURDIEU, 2008a). Assim, na medida que apenas concentra os polos positivos de todos os campos, esse espaço não tem em si mesmo sua verdade. Ela só pode ser pensada em relação a outras ruas, que não é nada além da privação (relativa) ou superação (relativa) de capitais (BOURDIEU, 2013). Ainda segundo Bourdieu (2004:153):

Esse modo de pensamento relacional está no ponto de partida da construção apresentada em *La Distinction*. Mas há uma grande probabilidade de que o espaço, isto é, as relações, escape ao leitor, apesar do recurso a diagramas (e à análise fatorial): de um lado, porque o modo de pensamento substancialista é mais fácil, mais "natural"; e, depois, porque, como muitas vezes acontece, os meios que se é obrigado a empregar para construir o espaço social e para torná-lo manifesto podem esconder os resultados que eles permitem alcançar. Os grupos que se devem construir para objetivar as posições que eles ocupam escondem essas posições, e então, por exemplo, o capítulo do *La Distinction* consagrado às frações da classe dominante é lido como uma descrição dos diferentes estilos de vida dessas frações, em vez de se verem ali posições no espaço das posições de poder - que chamo de campo do poder.

Vale salientar que Lefèvre (1972: 134), sob o enfoque do materialismo histórico, já apontava que as propriedades e características do espaço urbano decorrem das interações, estratégias, êxitos e fracassos dos grandes grupos sociais – classes, frações de classe, governo – que ali se defrontam e criam o que denomina “isotopias” – lugar dos iguais – e “heterotopias” – lugar do outro, ao mesmo tempo implicado e excluído. De toda forma, como bem sintetiza Catharina (2005), o que existe para Bourdieu é um espaço de relações ou interações em uma dada estrutura, na qual a reunião dos mais próximos em um espaço geográfico e social é provável, mas não necessária: as pessoas mais distantes no espaço geográfico e social podem se aproximar e interagir em um espaço comum.

Enfim, para ele, o que organiza os agentes sociais em espaços físicos e sociais distintos é o volume global de capital possuído em diferentes espécies, de acordo com o valor que apresentam nos diferentes espaços sociais, reconhecendo para tal quatro tipos diferentes de capital: econômico, cultural, social e simbólico. Sob tal perspectiva, observa Lindón (2011: 154):

El sujeto siempre está inserto en una estructura social dentro de la cual ocupa una posición, la cual usualmente se define de manera múltiple. Esta posición se ubica en una trama social que casi siempre implica cierto capital cultural, social, simbólico, político..., y también cierto capital geográfico, así como alguna competencia geográfica.

Embora Bourdieu assim como Giddens e Elias, sejam considerados e reconhecidos como importantes teóricos da agência, alterando a forma de se tratar a teoria da ação, tema igualmente de significativa importância para autores anteriores, como Parsons e mesmo

Weber, a teoria de Bourdieu não tem estado imune a críticas por parte de colegas sociólogos, tais como Mendras, Touraine e Boudon (MONTAGNER, 2007; BOUDON e BOURRICAUD, 1993).

Para Mendras, Bourdieu ficou por demais preso à noção tradicional de estrutura social, dividida em “classes” em luta. Outra crítica, endereçada por Alain Touraine, é que ele estudou a sociedade industrial, já coexistindo uma sociedade pós-industrial, com características peculiares, tanto na abordagem dos conflitos quanto dos agentes. Além disso, a sociologia de Bourdieu é considerada por demais estatística, a-histórica e, por mais que ele tenha tentado explicar que o habitus conceda um certo espaço de liberdade ao agente, muitos o acusam de determinista, desconsiderando a autonomia dos agentes sociais (BOUDON e BOURRICAUD, 1993).

Independentemente de tais críticas, a perspectiva de Bourdieu tem assumido lugar de prestígio junto à comunidade científica. Sua abordagem de campo fez dele um ícone nas ciências sociais francesas. Sua trajetória diversa, tanto política quanto intelectual, possibilitou-lhe colocar-se como um dos cientistas sociais do século XX mais engajados e mundialmente lidos. Além disso, o enfoque amplo que propiciou à sociologia da educação e à sociologia da sociologia, bem como o enfoque científico que proporcionou às Ciências Sociais, como um todo, são base de referência em ampla gama de pesquisas e teorias contemporâneas (BOUDON e BOURRICAUD, 1993).

No Brasil, estudos envolvendo a aplicação de noções associadas à sociologia de Bourdieu na análise de dinâmicas socioespaciais, têm sido desenvolvidos junto à investigação de dinâmicas de reconversão de funções econômicas de cidades (SANT’ANNA, 2016; NELSON, SANT’ANNA, WOOD, 2016; OLIVEIRA, SANT’ANNA, DINIZ, 2013) e de requalificação de espaços urbanos (SANT’ANNA, MENDONÇA, DINIZ, 2016; OLIVEIRA, SANT’ANNA, DINIZ, CARVALHO NETO, 2015). Em linhas gerais, tais estudos partem da compreensão de que os agentes sociais, dotados de *habitus* similares ou distintos, bem como de capitais distribuídos de modo desigual, se inter-relacionam no interior de um espaço social, em que se desenrolam conflitos e coalisões na busca da manutenção ou transformação do estado vigente de poder e ou dominação (BOURDIEU, 2010). Consideram, igualmente, que um dado campo – acadêmico, empresarial, empreendedor – organiza-se, hierarquicamente, no interior dos espaços social, de poder e de dominação, a partir de capitais.

De antemão, convém registrar que Bourdieu, diferentemente de Marx, não limita o conceito de capital à dimensão econômica. Para ele, o capital se acumula por meio de operações de investimento, transmite-se pela herança e permite extrair lucros segundo a oportunidade de seu detentor em operar as aplicações mais rentáveis. A partir dessa compreensão, Bourdieu (2010) distingue quatro tipos de capitais: econômico, cultural, social e simbólico.

Segundo Bourdieu, o capital cultural apresenta-se sob três formas: no estágio incorporado, no estágio objetivado e no estágio institucionalizado, sendo, em todas essas manifestações, resultante, a priori, do conjunto de qualidades intelectuais transmitidas pela família ou adquiridas junto ao sistema escolar. Nas palavras de Gonçalves (2010: 57):

No primeiro caso, [Bourdieu] pressupõe um trabalho de inculcação e assimilação (*habitus*), não podendo ser transmitido instantaneamente, necessitando de investimento de tempo pelo agente, e não podendo ser acumulado, morre com o agente. No segundo, tratando-se de suportes materiais, estes podem ser transmitidos como propriedade, porém requerem uma condição específica para serem desfrutados: as disposições incorporadas que permitem apreciá-los. No terceiro caso, remete-se ao certificado escolar, documento jurídico que comprove a competência cultural do agente, mas que tem relativa autonomia em relação a este, por exemplo, com o reconhecimento social deste documento pode variar conforme o período histórico, ou quando em comparação com outros, concedidos por diferentes instituições.



Para Bourdieu (2009), o capital cultural institucionalizado tem uma propriedade relevante, na medida em que o título escolar tem um valor formal e socialmente garantido, estando isento de questionamentos de terceiros e de comprovação contínua:

O título escolar, como a moeda, tem um valor convencional, formal, juridicamente garantido, portanto livre das limitações locais (diferentemente do capital não escolarmente certificado) e das flutuações temporais: o capital cultural que se alguma forma ele garante de uma vez por todas não necessita ser continuamente provado (BOURDIEU, 2009: 222).

O capital social, por sua vez, envolve a manutenção das relações sociais que englobam tanto os indivíduos quanto o coletivo, acumulando-se pelo processo de socialização; isto é, pela “[...] rede de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento, ou a um conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...], mas também são unidos por ligações permanentes de utilidade” (NOGUEIRA e CATANI, 2005: 67).

Já o capital econômico é constituído pelos diferentes fatores de produção e pelo conjunto dos bens econômicos, como bens materiais, renda, patrimônio. É importante frisar que, para Bourdieu (2009), a riqueza não necessariamente é fator de capital econômico. Para que se comporte como capital, é necessário, segundo ele, levar em conta sua relação com o campo: “a riqueza não pode funcionar como capital senão em relação com o campo propriamente econômico, que supõe um conjunto de instituições econômicas e um corpo de agentes especializados, dotados de interesses e de modos de pensamento específicos” (BOURDIEU, 2009: 205).

Por último, o capital simbólico, que faz referência aos outros capitais e a eles se associa, na medida em que não existe sozinho, nem é independente dos demais, agregando valor. Nas palavras de Bourdieu (2009: 196):

O capital simbólico é esse capital denegado, reconhecido como ilegítimo, isto é, ignorado como capital (o reconhecimento no sentido de gratidão suscitado pelos benefícios que podem se derivar de um dos fundamentos desse reconhecimento), constitui, sem dúvida, com o capital religioso, a única forma possível de acumulação quando o capital econômico não é reconhecido.

Nesse trecho, Bourdieu enfatiza a relação entre capital social e capital econômico: o capital econômico não age senão sob a forma eufemizada do capital simbólico. Contudo, essa reconversão não acontece de forma automática, ela necessita, obrigatoriamente, de um conhecimento da lógica econômica:

[...] o capital simbólico traz tudo o que pode ser colocado sob o nome de nesba, isto é, a rede de aliados rede relações que se tem (e que se mantém) por meio do conjunto dos engajamentos e das dívidas de honra, dos direitos e dos deveres acumulados ao longo das gerações sucessivas e que pode ser mobilizado nas circunstâncias extraordinárias. Capital econômico e capital simbólico estão tão inextricavelmente mesclados que a exibição da força mental e simbólica representada pelos aliados prestigiosos é de natureza e trazer por si benefícios materiais, em uma economia da boa-fé na qual uma boa reputação constitui a melhor e talvez a única garantia econômica (BOURDIEU, 2009:198).

Outra característica importante do capital simbólico é a forma como legitima o poder econômico, o qual, relacionado à posição do agente, proporciona poder ou dominação sobre o campo:

O capital simbólico confere poder e legitimidade - poder simbólico - ao agente ou grupo que o possui, a partir de seu reconhecimento dentro de determinado campo. Essa posse também está relacionada à posição do agente dentro do campo, e se dá em relação aos demais agentes,

pressupondo o “desconhecimento da violência que se exerce através dele” (BOURDIEU, 2009:198).

De acordo com Bourdieu (2010), na medida em que a luta no interior de um dado campo é motivada pelo desejo de acúmulo de capital simbólico, o campo, além de ser um espaço social de conflitos e negociações, incorpora uma dimensão simbólica importante. Enquanto espaço simbólico, ele é organizado segundo a lógica da diferença, isto é, de um traço distintivo ou certa qualidade que só existe em relação a outras propriedades. Os indivíduos de um dado campo buscam se distinguir e preservar uma identidade social própria, seja através do nome da família, da profissão, da posse de bens, do cargo que ocupam, das instituições a que se vinculam, dentre outros meios. Nesses termos, o capital simbólico é o critério de diferenciação mais importante para a definição da posição relativa, no interior do campo de seus membros.

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias. O capital simbólico é esse capital denegado, reconhecido como ilegítimo, isto é, ignorado como capital (o reconhecimento no sentido de gratidão suscitado pelos benefícios que podem se derivar de um dos fundamentos desse reconhecimento), constitui, sem dúvida, com o capital religioso, a única forma possível de acumulação quando o capital econômico não é reconhecido.

Nesse trecho, o autor enfatiza a relação entre capital social e capital econômico: o capital econômico não age senão sob a forma eufemizada do capital simbólico. Contudo, essa reconversão não acontece de forma automática, ela necessita, obrigatoriamente, de um conhecimento da lógica econômica (BOURDIEU, 2009:198):

[...] o capital simbólico traz tudo o que pode ser colocado sob o nome de *nesba*, isto é, a rede de aliados rede relações que se tem (e que se mantém) por meio do conjunto dos engajamentos e das dívidas de honra, dos direitos e dos deveres acumulados ao longo das gerações sucessivas e que pode ser mobilizado nas circunstâncias extraordinárias. Capital econômico e capital simbólico estão tão inextricavelmente mesclados que a exibição da força mental e simbólica representada pelos aliados prestigiosos é de natureza e trazer por si benefícios materiais, em uma economia da boa-fé na qual uma boa reputação constitui a melhor e talvez a única garantia econômica.

Outra característica importante do capital simbólico é a forma como legitima o poder econômico, o qual, relacionado à posição do agente, proporciona poder ou dominação sobre o campo:

O capital simbólico confere poder e legitimidade - poder simbólico - ao agente ou grupo que o possui, a partir de seu reconhecimento dentro de determinado campo. Essa posse também está relacionada à posição do agente dentro do campo, e se dá em relação aos demais agentes, pressupondo o “desconhecimento da violência que se exerce através dele” (BOURDIEU, 2009:198).

De acordo com Bourdieu (2010), na medida em que a luta no interior de um dado campo é motivada pelo desejo de acúmulo de capital simbólico, o campo, além de ser um espaço social de conflitos e negociações, incorpora uma dimensão simbólica importante. Enquanto espaço simbólico, ele é organizado segundo a lógica da diferença, isto é, de um traço distintivo ou certa qualidade que só existe em relação a outras propriedades. Os indivíduos de um dado campo buscam se distinguir e preservar uma identidade social própria, seja através do nome da família, da profissão, da posse de bens, do cargo que ocupam, das instituições a que se vinculam, dentre outros meios. Nesses termos, o capital simbólico é o

critério de diferenciação mais importante para a definição da posição relativa, no interior do campo de seus membros:

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias e percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distinção, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (BOURDIEU, 2010: 145).

Assim, para Bourdieu (2008, 2010), as disputas pela apropriação dos bens econômicos, sociais ou culturais são lutas simbólicas pela posse desses sinais distintivos. Aquelas classes que detêm as propriedades simbólicas tendem a impor, em conformidade com seus interesses, sua visão de mundo aos demais grupos. Portanto, os sistemas simbólicos cumprem esse papel de legitimar o poder e a dominação de uma classe sobre outra:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) (BOURDIEU, 2010: 11).

Em suma, a mobilização de diferentes capitais, de diferentes formas, em diferentes volumes e em diferentes campos.

## **CONTRIBUIÇÕES À TEORIA DA AÇÃO PRÁTICA: A NOÇÃO DE CAPITAL ESPACIAL**

Como um dos principais achados e resultados dos estudos desenvolvidos por Sant’Anna (2016); Nelson, Sant’Anna, Wood (2016); Oliveira, Sant’Anna, Diniz (2013), Sant’Anna, Mendonça, Diniz (2016); Oliveira, Sant’Anna, Diniz, Carvalho Neto (2015), em torno da “Teoria da Ação Social” cabe destacar a construção e validação de “tipologia” de empreendedores locais tendo por base análise de capitais – econômicos, sociais, culturais e simbólicos – por eles mobilizados com vistas ao domínio dos campos em que se inserem (Quadro 1).

**QUADRO 1 – CAPITAIS, CONFORME DEFINIÇÕES DE BOURDIEU**

<b>Capitais</b>	<b>Escopo</b>	<b>Atributos</b>
Econômico	Recursos associados aos fatores de produção (terra, fábrica e trabalho) e aos ativos econômicos, como a renda e os bens materiais. Pode ser acumulado e reproduzido por meio de estratégias de investimento econômico e de outros mecanismos associados à obtenção ou à manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis.	Terra, trabalho, dinheiro, patrimônio, bens materiais
Cultural	Corresponde ao conjunto de conhecimentos, habilidades e qualificações intelectuais transmitidas pela família e pelas instituições escolares ao longo da vida do indivíduo. O capital cultural pode adquirir três formas: 1. o estado incorporado, como uma característica durável do corpo (a forma de falar); 2. o estado objetivo, como a posse de bens culturais; 3. o estado institucionalizado, decretado por instituições de ensino.	Valores familiares, obras de arte, títulos acadêmicos e os títulos nobiliários no contexto de sociedades aristocráticas.
Social	O capital social corresponde à agregação de recursos atuais ou potenciais que têm estreita conexão com a rede de relações institucionalizadas de reconhecimento e de inter-reconhecimento entre indivíduos e grupos. Envolve a manutenção das relações sociais individuais e coletivas, acumulando-se pelo processo de socialização.	Rede de relacionamentos e os recursos que podem ser acessados a partir dessas conexões.

Simbólico	Está relacionado à acumulação de prestígio, honra e de reconhecimento social por um indivíduo/grupo que preserva sob seu domínio os recursos considerados essenciais num determinado campo. A posse do capital simbólico não implica, necessariamente, domínio de uma propriedade “objetiva”, e sim de um recurso simbólico que foi legitimado pelos atores sociais num campo específico, podendo não ser relevante em outro espaço social. Deter e manter a posse sobre esses recursos simbólicos requer muito investimento, tempo e disposição pessoal para reafirmar as visões de mundo e sistemas classificatórios vigentes.	Síntese dos capitais econômicos e culturais que foram reconhecidos como legítimos em determinado campo social.
-----------	--	--

Aplicações posteriores da tipologia proposta permitiram identificar semelhanças e diferenças quanto a distintos capitais mobilizados pelos agentes sociais investigados. Centrando-nos, mais especificamente, na relação entre os empreendedores locais investigados configurou-se possível verificar que os distintos “grupamentos” de empreendedores categorizados, quando não outros, caracterizam-se por disporem de capitais econômicos, simbólicos, culturais, sociais – e, acrescentaríamos, também, espaciais –, identidade pessoal, valores e interesses que os distinguem (BOURDIEU, 2010), bem como suas habitações e, de modo ainda mais evidente, seus estabelecimentos comerciais, os quais contemplam diferentes modelos de negócios e estilos de gestão. Juntos, eles concorrem para definir tais empreendimentos e a “comunidade” investigados e dispor de seus recursos espaciais, humanos e econômicos. Além disso, o conjunto dos achados e resultados obtidos por aqueles autores permitiram verificar que:

1. As comunidades investigadas desenvolveram vocabulários compartilhados de pares de opostos que expressam as principais tensões sociais advindas de sua dinâmica socioeconômica, cultural e espacial;
2. Posicionamentos distintos dos agentes sociais estão localizados em diferentes espaços criados pela interseção ou justaposição desses pares de opostos;
3. Os diferentes tipos de empreendedores identificados têm consciência de sua localização e da localização dos outros nos esquemas de opostos;
4. No caso dos empreendedores, evidenciados como agentes protagônicos nas dinâmicas investigadas, os mesmos têm diferentes metas e preferências em relação ao desenvolvimento das comunidades, com implicações diferentes sobre a natureza das comunidades, no longo prazo;
5. A distribuição proporcional de diferentes tipos de empreendedores tem impactos na dinâmica econômica e social das comunidades;
6. A diversidade entre tipos de empreendedores não favorece a busca por metas comuns, oportunizando assim o poder das oligarquias políticas tradicionais, com implicações na qualidade do desenvolvimento econômico futuro das comunidades;
7. Os tipos de empreendedores identificados se sobrepõem, mas não duplicam as tipologias existentes na literatura sobre empreendedores;

8. Embora alguns empreendedores pareçam compartilhar comportamentos em comum com os tipos identificados na literatura tradicional sobre empreendedorismo, apresentam variações quanto às suas origens sociais, motivações e valores pessoais (NELSON, SANT'ANNA, WOOD, 2016).

Igualmente, possibilitou elementos para análise dos capitais mobilizados (BOURDIEU, 2010). Subjacente às dinâmicas investigadas é possível observar uma sofisticada produção de discursos e saberes, bem como elaborados dispositivos de reconhecimento e controle dos capitais articulados – ou não –, de forma a produzir complementaridades, as distinções e, portanto, relações específicas de poder (FOUCAULT, 1995; BOURDIEU, 2010).

Os achados revelam-se proeminentes, em particular, dado que a literatura clássica sobre o empreendedorismo ainda não se apresenta suficientemente atenta às dinâmicas de coexistência e tensão entre tipos de empreendedores distintos. Do mesmo modo, a literatura clássica sobre urbanismo não dispensa maior atenção à coexistência de tais tensões em diferentes tipos de configurações socioespaciais.

De fato, cabe observar que os sujeitos personificados nos diferentes tipos de empreendedores investigados não surgem, nem atuam em um “vácuo social”, nem são independentes uns dos outros. Ao contrário, fazem parte de uma “ecologia social comunitária” (HANNAN e FREEMAN, 1984), repleta de competição, colaboração, assim como de sinergias intencionais e inconscientes (NELSON, SANT'ANNA, WOOD, 2016).

De forma similar, a literatura revela não considerar a importância da “ecologia social comunitária” no estabelecimento de dinâmicas socioespaciais que contribuam para a definição dos parâmetros de interação entre tais agentes e o seu papel social na comunidade. As dinâmicas observadas igualmente apresentam resultados distintos dos dois extremos que caracterizam o pensamento tradicional sobre o empreendedorismo (NELSON, SANT'ANNA, WOOD, 2016).

De um lado, a visão dos empreendedores como elementos quase míticos que, ao contrário dos demais indivíduos, por seu gênio e competências singulares, estariam aptos a identificar, “liderar”, aproveitar oportunidades e criar novas riquezas que outros não conseguem vislumbrar (COLLINS e MOORE, 1964; CARLAND, CARLAND, STEWART, 1996; HULL, 1980; MILLER, 1983; MINER, 2000; SCHUMPETER, 1950). De outro lado, a ideia de que macro-forças tecnológicas e econômicas criariam oportunidades para novos empreendimentos, os quais seriam idealizados ao acaso por pessoas que não por virtudes particulares acontecem de estar no lugar certo, na hora certa (HANNAN e FREEMAN, 1984; FREEMAN e AUDIA, 2006).

Sem dúvida, acidentes de história e geografia forjam configurações de recursos de certa forma únicas. Uma vez mais, todavia, não se tem claro o papel das configurações espaciais nesses processos. Em outros termos, a literatura deixa sem respostas a questão sobre de que forma diferentes arranjos relacionais que caracterizam as dinâmicas investigadas correspondem a distintas configurações espaciais. Verificar que diferentes empreendedores estão inseridos em contextos sociais nos quais seus agentes têm papéis diferenciados e conflituosos parece não ser, no entanto, a única contribuição desses estudos. Reitera-se, também, que o empreendedor depende de seu entorno – assim como modifica a configuração espacial em que se insere – de forma ainda não claramente explicitada pela literatura (NELSON, SANT'ANNA, WOOD, 2016).

Adicionalmente, os achados e resultados sugerem que, muito embora os “tipos” de empreendedores encontrados na literatura internacional possam ser reconhecidos nos casos investigados, as trajetórias e origens sociais das pessoas que os representam podem ser

bastante diferentes. Isso indica que, mesmo que esses distintos grupamentos acabem manifestando um perfil universal típico, o caminho que cada um percorre para ocupar determinado papel de liderança em seu campo pode variar de forma significativa, em função da dinâmica socioeconômico-espacial prevalecente. Por fim, a diversidade entre os grupamentos de empreendedores identificados, ao impedi-los de perseguir objetivos comuns, tende tanto a estimular mudanças – dependendo do equilíbrio de forças e capitais mobilizados (BOURDIEU, 2008) – quanto à preservação do equilíbrio, assim como da amplitude e da qualidade do desenvolvimento local futuro (NELSON, SANT'ANNA, WOOD, 2016).

Igualmente, o conjunto dos dados coletados parece corroborar teses defendidas por autores como Harvey (1989) e, no Brasil, Maricato (2000). Segundo esses autores, com os processos de reestruturação produtiva “pós-era de ouro do capitalismo”, o poder público perde representatividade como elemento-chave na dinâmica de regulação dos rumos da macroeconomia. Ao mesmo tempo, constata-se maior exigência em relação a essas lideranças quanto a assumirem formas de administração mais “modernas” (BRESSER PEREIRA, 1996, 1997; MARTINS, 1997) e vinculadas às forças produtivas capitalistas, resultando na adoção de conceitos, discursos e práticas gerenciais típicas do contexto empresarial.

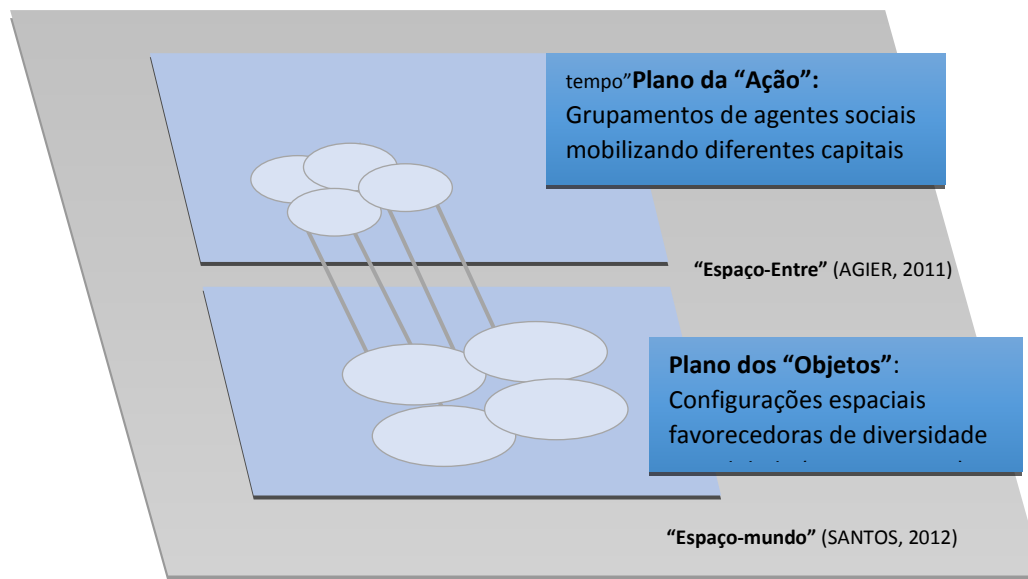
Se em diversas cidades brasileiras é possível observar a transposição de conceitos empresariais para a gestão pública, tal situação não foge ao observado em Sete Lagoas. Se relatos apontam, no passado, para a presença de lideranças públicas protagonistas “na preparação das bases para o desenvolvimento atual, com ênfase no instrumento do planejamento de longo prazo e em uma maior sensibilidade comunitária”, atualmente, a tônica parece reduzir-se a posturas menos proativas, senão ao papel de meros “alocadores de recursos a necessidades” (FRIEDMAN, 1991). Como consequência, depoimentos apontam para um “vácuo”, “carência” ou mesmo “incapacidade” das lideranças públicas locais em formular e levar a cabo iniciativas de longo prazo.

Tal “vácuo”, todavia, apresenta-se como fomento à busca por formas alternativas de exercício da liderança, incluindo a adoção de dispositivos que propõem extrapolar a “dimensão individual”, por meio da construção de “competências mais coletivas”, não raro orquestradas por grandes empreendimentos localizados na via (MAFFESOLI, 1987).

A partir do conjunto dos dados analisados, evidenciou-se que os diferentes atores sociais envolvidos nas dinâmicas investigadas se articulam por meio da mobilização de diferentes capitais culturais, econômicos, simbólicos, bem como “espaciais”. Da mesma forma, diferentes características de diversidade e vitalidade se veem associadas a distintas formas de mobilização de tais capitais. Em outros termos, grupamentos de agentes sociais específicos, mobilizando distintos capitais, condicionam e são condicionados por configurações e capitais espaciais igualmente específicos, que resultam em dinâmicas mais ou menos favorecedoras de diversidade e vitalidade.

Uma decorrência dessa constatação é que para além de uma concepção newtoniana, o espaço não constitui apenas uma instância em que se projetam as transformações que se dão no tempo. Por meio do artifício de análise de um “espaço-entre” é possível, sob uma outra concepção, a einsteiniana, vislumbrar que “espaço-mundo” é “espaço-tempo”. Em outros termos, os planos dos objetos e das ações, quando projetados no “espaço-tempo”, não se configuram em planos distintos, como a priori se poderia vislumbrar. De fato, foi possível constatar que as ações, em suas temporalidades, não se constituem em meras projeções no espaço (Figura 1).

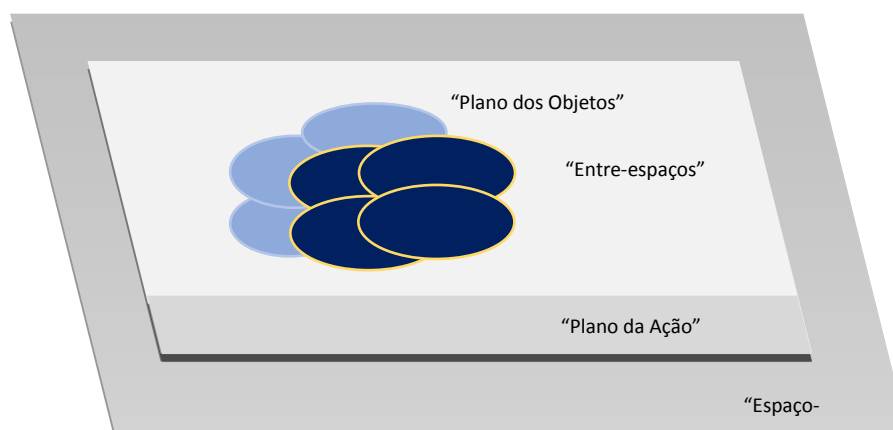
FIGURA 1 – MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE



Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao contrário, ambos os planos se mostram colabados: “espaço e tempo”, “objetos e relações” como faces de uma mesma moeda. Temporalidades, relações e espaços como capitais que transacionados são capazes de acelerar ou operar como fatores de atrito ao movimento complexo que caracteriza os circuitos superior e inferior, cuja leitura constitui umas das possibilidades de apreensão do “espaço-mundo”, do “espaço-tempo” (Figura 2).

FIGURA 2 – MODELO TEÓRICO REVISITADO



Fonte: Elaborada pelo autor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância contemporaneamente atribuída à dimensão espacial pode ser evidenciada por meio do crescente interesse que lhe dedicam não somente geógrafos, urbanistas, planejadores, como também sociólogos, etnólogos, historiadores, administradores e demógrafos. Para Santos (2014), muito desse interesse encontra-se diretamente associado aos processos contemporâneos de mundialização da economia e dos mercados, os quais implicam demandas por redefinições de conceitos como os de “local” e “acontecimento”, bem como por

enfoques epistêmico-metodológicos capazes de apreender sua complexidade na realidade em que vivemos.

Demanda-se, desse modo, dispositivos de apreensão dos objetos e ações que animam essas “novas” relações tempo-espaciais, bem como de captura de suas lógicas de estruturação e formas de funcionamento. Um desafio nesse contexto é, todavia, como estabelecer categorias de análise adequadas capazes de respostas sistemáticas a tais demandas.

Para Maffesoli (1987), o desafio é como ir além do “*Umwelt*”<sup>1</sup> e do domínio das especificidades meramente históricas. Nessa direção, uma promissora possibilidade é, uma vez mais, a busca pela compreensão do espaço como realidade relacional, isto é, como articulações indissociáveis entre objetos e relações humanas, em que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos e naturais e, de outro, a vida que os preenche e os acalora (Santos, 2014).

Bourdieu (2008: 38), porém, adverte que, se as posições e oposições constitutivas dos diferentes grupamentos de pessoas que compõem a tessitura entre objetos e relações sociais se manifestam espacialmente, isso não deve induzir o pesquisador incauto ao erro: “[...] o espaço físico não passa de suporte vazio das propriedades sociais dos agentes e instituições que, estando distribuídos por essa superfície, transformam-na em um espaço social, socialmente hierarquizado”.

Tal relevante advertência não quer dizer que para Bourdieu (2008a) o espaço se resume ao “morto” (SANTOS, 2012), como em abordagens clássicas da economia e da geografia. Igualmente, não significa que esse autor lhe atribuía o mesmo status destinado às instâncias econômica, social, cultural e simbólica. Para ele, o espaço somente pode ser apreendido nas relações que envolvem o conjunto de tais instâncias. Apreendê-lo significa investigar suas intercessões com os capitais – econômicos, sociais, culturais e simbólicos – mobilizados em um dado campo social. Somente nessa articulação ele pode ser capturado em sua complexidade e para além de sua materialidade, ou seja, em sua essencialidade de espaço humano.

Muito embora a precaução de Bourdieu quanto a leituras calcadas em “determinismos ambientais” ou perspectivas eminentemente substancialistas, um importante achado deste estudo refere-se à riqueza do “capital espacial” na compreensão das dinâmicas investigadas. A prevalência de trechos com características espaciais específicas; a maior valorização econômica e simbólica determinadas espacialidades e rugosidades; o maior fluxo de pessoas, de variedade de usos e funções, de combinação de prédios novos e antigos e de disposição de quadras influenciando maior ou menor vitalidade de diferentes áreas sugerem o caráter ativo do espaço, assim como sua relevância como categoria de análise nos moldes dos capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos. Longe de desconsiderar a dimensão relacional do espaço, por meio da qual o “capital espacial”, assim como os demais, somente pode ser apreendido a partir de uma contraposição aos outros elementos da estrutura, parece-nos indiscutível o papel da representação cartográfica da distribuição do espaço de grupamentos de agentes e instituições investigados.

Uma vez mais, longe de enfatizar abordagens substancialistas, subjetivistas ou interacionistas, os achados de Sant’Anna e colaboradores (SANT’ANNA, 2016; SANT’ANNA, MENDONÇA, DINIZ, 2016; NELSON, SANT’ANNA, WOOD, 2016; OLIVEIRA, SANT’ANNA, DINIZ, CARVALHO NETO, 2015; OLIVEIRA, SANT’ANNA, DINIZ, 2013), apresentam-se sugestivos ao apontar para o espaço não apenas como elemento que “transversaliza” a dinâmica pesquisada. Ao contrário, é possível apreendê-lo também

<sup>1</sup> “O *Umwelt* define-se como a esfera das necessidades biológicas, dos impulsos e dos instintos, isto é, ‘o mundo da limitação e do determinismo biológico’ (MAY, 2000, p. 139)”; em contraposição a “*Mitwelt*, o mundo dos relacionamentos sociais e da partilha de valores, da interação comunitária” (PACHECO, SILVA, RIBEIRO, 2007: 54).



como componente “estruturante” da relação. Estruturante, na medida em que alterações em sua composição e natureza – assim como em quaisquer dos outros elementos envolvidos na relação – impactam o “equilíbrio dinâmico” da arquitetura socioespacial em análise, manifesta na articulação entre o conjunto dos capitais envolvidos.

Recorrendo, uma vez mais, a Bourdieu, o autor tecerá, em obras como “A Produção da Crença” (2008), uma série de considerações acerca da distribuição de moradores e empreendimentos – teatros, editoras, galerias de arte –, ao longo da geografia de cidades como Paris. Como resultado, constata que o valor social da residência privada somente se define por referência às características sociais do bairro onde se estabelece, por referência às características sociais de seus moradores, assim como das características sociais dos lugares públicos, profissionais, escolas, calçadões, edifícios culturais, bem como – e, em especial – da representação que os agentes têm desse espaço social. Tal representação é dependente não somente de sua posição na “classe dominante”, mas, igualmente, de sua trajetória social e, dir-se-ia, também, espacial.

Desse modo, ainda segundo Bourdieu (2008), para se compreender a distribuição de uma população no espaço físico, é necessário fazer intervir, além de aspectos arquitetônicos e dos recursos financeiros – capital econômico – as disposições que se exprimem também na própria localização – “capital espacial” – e estilo do imóvel – capital cultural –, bem como na maneira particular de operá-lo – capital simbólico. A proximidade ao espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza seus efeitos não somente ao facilitar e favorecer a acumulação de capital social – relações, conexões, ligações – mas, também, ao torná-la possível. Além disso, apresenta-se relevante a aportar elementos que sinalizem para avanços teóricos e empíricos quanto a contribuições da sociologia de Bourdieu à noção “capital espacial”, aprofundando articulações já apontadas por autores, tais como Levy (1994; 1991).

Finalmente, em termos práticos, espera-se que o estudo contribua com elementos que venham a propiciar formas outras de educação e desenvolvimento de cidadãos, lideranças, empreendedores, urbanistas e planejadores públicos. Nessa direção, espera-se: propiciar subsídios para o desenvolvimento de metodologias de análise de dinâmicas de empreendedorismo social; apresentar contribuições para o desenho de metodologias de desenvolvimento de lideranças direcionadas a tais processos; aportar elementos para elaboração de políticas públicas e ações orientadas ao desenvolvimento local, incorporando perspectivas mais coletivas e assentadas no cotidiano de seus agentes.

Por fim, as dinâmicas espaciais estudadas sugerem, como ações de desenvolvimento local, abordagens que fomentem a vitalidade dos espaços, por meio de formas de atuação que extrapolem a dimensão individual, assim como os “intramuros” dos empreendimentos e instituições, considerando a construção de competências capazes de articular, simultaneamente, especificidades e inter-relações entre os principais capitais envolvidos: econômicos, sociais, culturais, simbólicos e, também, espaciais.

## AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG pelo apoio à realização dos estudos que conduziram aos resultados apresentados neste artigo.

## REFERÊNCIAS

- AGIER, M. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Tempo, 2011.
- ASCHER, F. *Métapolis ou l’avenir des villes*. Paris: Odile Jacob, 1995.

- BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y Global, La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Santillana de Ediciones, S.A, 1997.
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, São Paulo, 2013.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BOURDIEU, P. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2008a.
- BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, P. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P. *O Poder do simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P.; ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Atica, 1994.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, v. 120, n. 1, p. 7-41. 1996.
- CACHADO, R. A. *Hindus da Quinta da Vitória em processo de realojamento: uma etnografia na cidade alargada*. Tese (Doutorado em Antropologia) - ISCTE-IUL, Lisboa, 2008.
- CARLAND, J.; CARLAND, J. W.; STEWART, W. H. Seeing what's not there: The enigma of entrepreneurship. *Journal of Small Business Strategy*, v. 7, n. 1, p. 1-20, 1996.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CATHARINA, P. P. G. F. *Quadros fin-de-siècle: estudo de "Às Avestas", de Joris-Karl Huysmans*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.
- COLLINS, O. F.; MOORE, D. G. *The enterprising man*. Michigan State Univ Pr, 1964.
- CORDEIRO, G. I. *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Livros Horizonte, 2008.
- DA MATTA, R., 1997. *A Casa & a Rua: espaço, cidade, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan.
- FERREIRA, J. S. W. Globalização, ideologia e planejamento urbano. In: FERREIRA, J. S. W. *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: FISCHER, T. (Org.). *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FLORIDA, R. *A ascensão da classe criativa*. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- FREEMAN, J. H.; AUDIA, P. G. Community ecology and the sociology of organizations. *Annual review of sociology*, p. 145-169, 2006.

- GONÇALVES, N. G. *Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HALL, P. G. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HANNAN, M.; FREEMAN, J. Structural inertia and organizational change. *American Sociological Review*, v. 49(2):149-164, 1984.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- HULL, D. L. Individuality and selection. *Annual review of ecology and systematics*, p. 311-332, 1980.
- LEVY, J. *L'espace legitime*. Paris: SNFP, 1994.
- LEVY, J. Espèces d'espaces politiques. In: LEVY, J. (Ed.) *Géographies du politique*. Paris: Espacestemp, 1991.
- LINDÓN, A. Los giros de la geografía humana y la búsqueda del sujeto perdido. In: CARCÓ, E. R.; CAPRON, G. C.; MONTES, C. I. LEVI, S., THIÉBAUT. V. *La geografía contemporánea y Elisée Reclus* (Orgs.). San Diego, CA: Mi Lybro, 2011.
- LIPIETZ, A. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo*. São Paulo: Nobel, 1985.
- MAFFESOLI, M. *O conhecimento do cotidiano: para uma sociologia da compreensão*. Lisboa: Veja, 1987.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MILLER, D. The correlates of entrepreneurship in three types of firms. *Management Science*, 29(7): 770-791, 1983.
- MINER, J. Testing a psychological typology of entrepreneurship using business founders. *Journal of Applied Behavioral Science*, 36(1): 43-69. 2000.
- MINTZBERG, H. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações. São Paulo: Atlas, 2006.
- MONTAGNER, M. A. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. 2007, p. 240-264
- NELSON, R. E.; SANT'ANNA, A. S.; WOOD, M. S. Sociocultural context, entrepreneurial types, entrepreneurial action, and community dynamics in Tiradentes, Brazil. In: CORBETT, A. C.; KATZ, J. A. (Eds.). *Advances in entrepreneurship, firm emergence and growth: models of start-ups thinking and adcton*. Bingley, UK: Emerald, 2016, v. 18, p. 33-74.
- NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- OLIVEIRA, F. B.; SANT'ANNA, A. S.; DINIZ, D. M.; CARVALHO NETO, A. M. Leaderships in urban contexts of diversity and innovation: The Porto Maravilha case. *BAR – Brazilian Administration Review*, v. 12, p. 268-287, 2015.
- OLIVEIRA, F. B.; SANT'ANNA, A. S.; DINIZ, D. M. Types of entrepreneurs in the conversion process of economic functions in towns: Paraty case study (Rio de Janeiro State). *Tourism & Management Studies*, v. 9, p. 92-96, 2013.

- PECI, A. Estrutura e ação nas organizações: Algumas Perspectivas Sociológicas. *Revista de Administração de Empresas*. v. 43, n. 1, 2003.
- SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades*: para um mercado mundial. Chapecó: Editora Argos, 2003.
- SANT'ANNA, A. S.; MENDONÇA, J. G.; DINIZ, D. M. A rua como trama de diversidade e vitalidade: um estudo da rua Santa Juliana (Sete Lagoas, MG). *Políticas Públicas & Cidades*, v. 4, p. 127-150, 2016.
- SANT'ANNA, A. S. Reconversão de funções econômicas de cidades no contexto da urbanização extensiva: uma análise em cidade brasileira de médio porte. *RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 5, p. 15-35, 2016.
- SANTOS, M. *O espaço dividido*: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, M. *Economia espacial*: críticas e alternativas. São Paulo: Edusp, 2014a.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*: Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2012.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SASSEN, S. As cidades na economia global. *Cadernos de Urbanismo*, ano 1, n. 1, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 1999.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Fundo de Cultura, 1961.
- SOJA, E. W. *Postmetropolis*: critical studies of cities and regions. Oxford: Backwell, 2000.

**Recebido para publicação em 5 de julho 2017**  
**Aceito para publicação em 8 de setembro de 2017**